

Políticas Indígenas nos aldeamentos da Vila de Santo Antonio de Jacobina (1803-1816)

Solon Natalício Araújo dos Santos *

Resumo

Analisaremos a recriação de identidades culturais dos índios aldeados da missão do Bom Jesus da Glória, localizada na Vila de Santo Antonio da Jacobina, no início do século XIX, a partir do estudo de uma carta que relata as reivindicações dos índios para que as suas terras fossem desocupadas. Percebemos que esses grupos indígenas integrados à colônia portuguesa, se apresentavam como povos afirmadores de sua identidade, se reconhecendo como índios e lutando juridicamente pela preservação e manutenção das terras e dos aldeamentos que lhes foram concedidos, ainda no princípio do século XVIII. Esta discussão busca refletir sobre o papel dos índios dentro do processo de povoamento e “civilização” do Sertão da Bahia no século XIX, em específico, da Vila de Santo Antonio da Jacobina, pensando os aldeamentos como um ambiente onde foi possível o desenvolvimento de uma cultura de resistência adaptativa.

Palavras-chave: Jacobina; índios aldeados; políticas indígenas; resistência adaptativa

A Jacobina Nova do início do século XIX consistia em uma “vila considerável, e residência ordinária do Ouvidor da Comarca, situada junto à margem esquerda do Itapicuru meridional”, tendo sido criada em mil setecentos e vinte e três, durante o reinado de D. João Quinto. Constava “duma grande e vistosa rua, e outras pequenas, todas de casas chãs, quase geralmente de pedra”, e que “além da igreja paroquial, cujo padroeiro é Santo Antônio, tem duas ermidas dedicadas uma ao Bom Jesus, outra a Nossa Senhora do Rosário” (CASAL, 1817, p. 243).

Segundo Aires de Casal, “nos seus contornos cria-se gado vacum, bons cavalos, porcos, ovelhas e cabras; cultivam-se canas-de-açúcar, algodão, tabaco, trigo, milho, e legumes: há laranjas, uvas e marmelos pequenos que são reduzidos a marmelada”, além da ocupação em olaria (CASAL, 1817, p. 243). Conforme o cronista Luís dos Santos Vilhena, as referidas terras compreendiam uma área vastíssima composta de serras altas e extensas e planícies imensas, “e terras menos altas que se ocupam, com fazendas de criar gados, e plantar alguma mandioca, milho, algum arroz em partes, e alguns outros legumes para sustento dos seus habitantes” (VILHENA, 1969, p. 561).

* Mestrando - UFBA

Desde o século XVII, Jacobina, entendida como sertão, estava situada no centro da Capitania da Bahia, no sentido N-S, entre os rios Itapicuru-Açu e o Paraguaçu (VILHENA, 1969, p. 561). Região que, segundo Afonso Costa, tornou-se conceito de “tudo quanto se contasse fóra do recôncavo e do litoral”, “um nome opulentado de grandezas e de misérias” por seus metais e índios bravos (COSTA, 1916, p. 252). Estes temidos índios bravos ou “Tapuias” de Jacobina podiam ser identificados como os índios payayá, sapoiá, tocos, moritises e os maracás. Desses grupos indígenas, um dos mais cuidadosamente descritos pelos documentos coloniais foram os payayá.

Pode-se considerar como fatores que condicionaram a ocupação e povoamento colonial de Jacobina: a expansão curraleira, a instalação das fazendas, a distribuição de sesmarias, a agricultura de subsistência, a mineração do salitre e do ouro e as missões.

As terras do sertão de Jacobina foram ocupadas e povoadas colonialmente a partir do gado e vaqueiros dos D’Ávila da Casa da Torre. Família de sesmeiros que possuía duzentas e sessenta léguas pela margem esquerda do rio São Francisco e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio (ANTONIL, 1982, p. 200).

Além dos Senhores da Torre, foram grandes proprietários das terras do sertão de Jacobina, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte), que possuía cento e sessenta léguas contadas desde o morro do Chapéu até o rio das Velhas, e João Peixoto Viegas, que havia incorporado as terras do Itapororocas e Jacuipe no Alto Vale do Paraguaçu (ABREU, 1963, p. 126; ANTONIL, 1982, p. 200).

A partir de 1620, Francisco Dias D’Ávila, neto do primeiro Garcia D’Ávila,

tratou de desvendar o segredo das minas de Belchior Dias Moréia, promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, levou o gado do Itapicuru para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania. Dilatavam-na (CALMON, 1983, p. 41).

A criação de gado, consistindo em um fator preponderante da penetração colonizadora do sertão, teve como um dos seus obstáculos os índios chamados “Tapuias”. Por não quererem entregar suas terras ao gado e por desfrutarem deste contra a vontade dos donos, muitas guerras foram movidas contra as tribos dos kariri e payayá. E concomitante à expulsão dos índios, novas terras foram incorporadas pelos sesmeiros da família D’Ávila. O segundo Garcia D’Ávila e o seu tio, o padre secular Antonio Pereira, “em 1658 e 59 conseguiam cinquenta léguas de novas sesmarias. E os cariris, rechaçados do morro do Chapéu para a margem direita do grande rio, cediam o lugar aos conquistadores” (CALMON, 1983, p. 72).

Além da frente pastoril, outro movimento que confrontou os colonizadores com os povos indígenas do sertão foi a busca por metais preciosos. Este foi o impulso que promoveu a penetração brusca e constante de populações para a área cultural dos sapoiaí, dos maracás e dos payayá. Por conseguinte, muitas dessas expedições empreendidas por bandeirantes baianos e paulistas, juntamente com a tarefa de descobrir as minas de ouro e prata, também tinham o interesse de reprimir ou obter indígenas para servirem de mão de obra escrava:

Gaspar Rodrigues Adorno, Afonso Roiz Adorno e outros [bandeirantes] foram encarregados de reprimir os Índios confederados, fazer descobrimentos no centro da Bahia e norte das minas, franquear o sertão incógnito e fazer publicas as minas que nelle há (BARROS, 1919, p. 155).

Estas bandeiras baianas visavam abastecer a demanda de escravos na região do Recôncavo, onde o trabalho indígena era essencial para os pequenos proprietários e produtores que se voltavam para o mercado regional (PARAÍSO, 1994, p. 206). Já para os paulistas, as freqüentes incursões ao interior, como as que foram contratadas para combater os “Tapuias” do sertão da Bahia, buscavam alimentar uma crescente força de trabalho indígena que possibilitava a produção e o transporte de excedentes agrícolas na região do Planalto Meridional, e que teve um importante papel para a formação e integração da sociedade seiscentista de São Paulo (MONTEIRO, 1994, p. 8-9).

Embora a pecuária e as expedições de conquistas dos índios tenham possibilitado a penetração e expansão da fronteira colonial para o sertão, foi a busca desenfreada por metais e pedras preciosas o que impulsionou os colonos luso-brasileiros a povoarem e instalarem estabelecimentos no interior.

A partir da segunda metade do século XVI, diversas expedições, em sua maioria, saídas de Salvador, da Vila de Porto Seguro e de Ilhéus, partiram com um ímpeto inicial em busca de supostas riquezas minerais das terras incógnitas do sertão, arriscando-se em aventuras alimentadas por “mitos da conquista” (HOLANDA, 1977, p.1-34). Desse período, as principais entradas para o Sertão das Jacobinas foram as de Gabriel Soares de Souza e Belchior Dias Moréia (*apud* VARNHAGEN, 1978, p. 69-83).

Belchior Moréia afirmou ter encontrado fabulosas minas de prata, entretanto, condicionou que só revelaria a sua localização caso tivesse a garantia das promessas de privilégios pelo Governo-geral. Como seus requerimentos não foram atendidos pelas autoridades, Belchior morreu sem revelar a sua devida posição. O que despertou nas

sucessivas gerações o interesse pela célebre “lenda sobre as minas de prata” (CALMON, 1983, p. 49-53).

Durante o século XVII, por estímulos de sonhos sobre o “eldorado” e as minas de prata, outras diversas expedições em busca de metais e pedras preciosas foram organizadas para adentrar o sertão. Entretanto, estas explorações, como as anteriores, também não trouxeram resultados práticos sobre a descoberta das minas. Contudo, mesmo diante desse malogro inicial, confirmou-se a existência do salitre (nitrato de potássio), um elemento menos nobre, mas muito utilizado para a fabricação de pólvora negra.

Por conseguinte, Francisco Dias D’Ávila, um sobrinho de Belchior Dias Moréia, por volta de 1630 havia entrado no Sertão das Jacobinas em busca das nitreiras, conforme a carta abaixo:

Diz Francisco Dias d’Ávila que ele vai por ordem do senhor governador descobrir as minas do salitre, onde também pretende descobrir metais de ouro e prata, e os mais metais que se acharem, os quais estão desde o rio de S. Francisco até o rio da Cachoeira, de rio a rio..., as serras todas de Jacobina e a serra de Loinsembá, e destas ditas serras para o sertão cem léguas, e daí para a costa do mar outras cem léguas, e porque as quer registradas. Pede a Vossa Mercê mande ao escrivão da Câmara lhe registre as ditas minas no livro dos registros nas ditas passagens com as ditas confrontações. E receberá mercê. E se lhe passe certidão de como ficam registradas. Receberá mercê.- Despacho: Registre o escrivão da Câmara estas minas pelas confrontações que o suplicante pede e de como ficam registradas lhe passe certidão. Bahia, 5 de janeiro de 1627 (apud CALMON, 1983, p. 54).

Durante o governo de Afonso Furtado de Mendonça (1671-1675), foram enviadas cartas a sertanistas da Casa da Torre, como o 2º Francisco Dias D’Ávila e o Pe. Antonio Pereira, com a ordem para que examinassem as minas de salitre e mandassem amostras. Segundo um Relatório do Conselho Ultramarino de 1679 sobre as minas no sertão das Jacobinas, a retirada do salitre dessa região envolveria grandes investimentos, pois não se poderia conduzir o minério em estado bruto, misturado com terra e pedra. Portanto, seria necessário a instalação de fabricas ou oficinas no mesmo sitio das minas, onde se separaria o salitre e o recolheria puro em armazéns, uma casa para o feitor e alojamentos para a mão de obra que executaria o serviço. Entretanto, só a partir do Governo de D. João de Lencastro (1694-1702) e que este empreendimento seria levado em frente (PUNTONI, 2002, p. 32-3).

O rei D. Pedro II, informado de que no sertão da Bahia se achavam minas de salitre, encarregou ao governador e capitão-geral D. João de Lencastro que fosse em pessoa à região onde se afirmava que havia as ditas nitreiras. Partindo da vila de Cachoeira, João de Lencastro e a sua comitiva marcharam “ao Jacaré, e dali a S. José das Tapororocas”, donde foram

à Mata, aos Tocos, à Pinda, ao Papagaio, ao rio do Peixe, ao Tapicuru, à Serra do Teú, a outro Tapicuru chamado Mirim, e passou à Serra da Jacobina, onde refez o comboio, e continuando a maracha pelos campos daquela povoação, pelos de Terijó e pela Varnha Seca”, chegaram às minas de salitre “que chamam de João Martins (ROCHA PITTA, 1965, p. 351)

O salitre colhido no referido sitio do Sertão das Jacobinas, depois de algumas experiências, foi constatado como de boa qualidade e enviado pela frota em barris de amostra. O que acabou convencendo a Coroa do acerto da empresa (PUNTONI, 2002, p. 33)

Vale lembrar que a mão de obra utilizada para a extração e transporte era de indígenas como os grupos payayá, sapoiá, secaquerinhens e cacherinhens, aldeados por missionários e fornecidos para o serviço do salitre. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios e os colonos (PUNTONI, 2002, p. 33)

De certo, a atividade mineradora que fixou volumosas populações no intimo dos sertões, ocorrera somente com a descoberta do ouro e diamante, entre o final do século XVII e princípios do XVIII, paralelo nas regiões das Minas Gerais, do Goiás, de Mato Grosso e do Sertão das Jacobinas e Rio de Contas na Bahia (ABREU, 1963, p. 143)

A empresa missionária, sintonizada com a política de interiorização do projeto colonial promovida pelas autoridades e colonos, seguiu os rastros da expansão da pecuária e das expedições mineradoras a partir do século XVII pelo Sertão das Jacobinas. Ela foi incentivada, principalmente, na segunda metade dos seiscentos, logo após a expulsão dos holandeses, com a finalidade de descer os chamados “tapuias” para o litoral ou fixa-los em aldeamentos no meio do sertão para serem catequizados e servirem de mão de obra ou soldados para as campanhas militares (PUNTONI, 2002). As ordens que se lançaram nesta empreitada missionária pelo Sertão das Jacobinas na segunda metade do século XVII foram, respectivamente, a dos jesuítas e em seguida dos franciscanos (LEITE, 2000; WILLEKE, 1974).

Os primeiros missionários a manterem contato com os payayá no Sertão das Jacobinas foram os da Companhia de Jesus. Provavelmente, as primeiras incursões volantes dos jesuítas em terras habitadas pelos payayá no sertão da Bahia ocorreram em fins do século XVI e início do XVII, supostamente em uma área conhecida por Riachão do Utinga (CUNEGUNDES, 1989, p.13-4). A esta primeira passagem dos jesuítas pelo Sertão de Jacobina, há uma referencia no *Sexennium Litterarum 1651-1657*, relação citado por Serafim Leite:

Conservam ainda boa lembrança dos Padres da Companhia, que por ali andaram noutra tempo, e tentaram em vão reduzi-los, e na sua língua lhes chamam Abarés, e pela barba rapada os distinguem dos mais que não são Religiosos (apud LEITE, 2000, p. 272).

Entretanto, devido às investidas dos estrangeiros na costa, elas se tornaram rarefeitas, limitando-se apenas aos campos do Orobó. Só em meados do século XVII, quando assegurada à costa, foi que estas expedições passaram a ser incentivadas pela Coroa e autoridades coloniais. Uma das entradas organizadas por estes religiosos, ocorreu por volta de 1656 e, sendo liderada pelo padre Rafael Cardoso, passou pelas serras das Jacobinas e visitou os sapoiá e os payayá (LEITE, 2000, p.270).

Segundo o Padre António Pinto, suposto autor do *Sexennium Litterarum 1651-1657*, a messe parecia madura para a catequese dos Payayá (apud LEITE, 2000, p. 278). Por conta disso, houve as expedições de 1666 chefiadas pelo padre Jacob Roland e pelo teólogo João de Barros, na qual eles fundaram a Missão de Jacobina (São Francisco Xavier), construindo uma Igreja na aldeia dos sapoiá (LEITE, 2000, p.281-2).

Somente por volta de 1670 a 1675 foi que o padre missionário Antonio de Oliveira conseguiu reduzir os payayá e os assistiu durante três anos, juntamente com o padre Francisco de Avelar. Entretanto, os sesmeiros João Peixoto Viegas e Antonio Guedes de Brito, por alcançarem o favor do governador Afonso Furtado Rio de Mendonça (1671-1675), pretendiam remover as Aldeias dos payayá para que servissem de defesa de suas terras contra outros “tapuias”. Daí seguiu-se um embate entre os padres da Companhia de Jesus, favorecidos pelo Provedor-mor António Lopes de Ulhoa, e a Junta Governativa (1675-1678) que sucedeu a Rio de Mendonça e da qual fazia parte o Antonio Guedes de Brito. O novo governador Francisco Barreto (1678-1682) foi favorável aos padres jesuítas, e assim, esses payayá acabaram descidos para os aldeamentos de Serinhaem (São Miguel e Santo André) em Camamu (LEITE, 2000, p. 279-280; CALDAS, 1951, p. 54).

A política dos jesuítas de criar aldeamentos permanentes nos sertões, fixando grupos indígenas em espaços reduzidos com finalidades de catequizar e de disciplinar o gentio para o trabalho, possibilitou a interiorização do movimento colonizador e a ocupação das terras do sertão de Jacobina.

Até 1682, nos “dilatadíssimos, e fertilíssimos territorios” do Sertão de Jacobina, “muy numerozamente povoadas..., e tão grandes em circuito”, “se não acha mais que huma única Igreja que pela necessidade dos moradores se fez curada” (apud SILVA, 2000, p. 56). Neste sentido, conforme Cândido Silva (2000, p. 56), o Sertão de Jacobina consistia em uma área estratégica para desdobrar-se em Freguesias. No mesmo espaço em que foi fundada a missão

de São Francisco Xavier, que situava-se nos arredores de onde é hoje a cidade de Campo Formoso, o Arcebispado da Bahia criou a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Compreendendo um circuito de trezentas léguas, esta Freguesia representou um dos primeiros núcleos coloniais do sertão norte da Bahia e consolidou o povoamento do sertão de Jacobina (FREITAS, 2004).

Os limites de terras que compreendia a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, antes da criação desta, já haviam sido dados em sesmarias aos Senhores da Casa da Torre e da Casa da Ponte. Estas “*ajustaram dividir amigavelmente as suas terras da Jacobina e do nordeste*”. Acertando

que do rio Real se botasse rumo para a serra de Taipiaba, que cai sobre o Itapicuru, e da ponta da serra outro rumo ao poente até a nasença do mesmo Itapicuru, donde uma linha partiria para o São Francisco, ficando com a Torre a parte do nordeste, com os Guedes a parte do sul (CALMON, 1983, p. 82).

A própria região em que foi fundada a missão jesuíta de São Francisco Xavier e, respectivamente, criada a sede da Freguesia Velha de Jacobina, supostamente pertencia aos D’Ávila. Diante deste movimento de formação da Paróquia, a Missão da Jacobina sofria um processo inverso. Alvo das constantes hostilidades dos sesmeiros e colonos devido aos direitos de posse das terras e da submissão dos índios, a aldeia de São Francisco Xavier nas Jacobinas sofreu sucessivos assaltos da parte dos curraleiros.

Em 1669, Garcia D’Ávila havia desafiado a Companhia de Jesus, destruindo as três igrejas missionárias de Massacará, Geremoabo e Itapicuru. Os jesuítas, por meio do Conservador Eclesiástico, quiseram levar a questão para o Tribunal. Entretanto, o Padre Antonio Pereira, tio de Garcia D’Ávila, tratou de pedir perdão ao padre Antonio Forti, Reitor do Colégio da Bahia, o qual aceitou, e assim tudo ficou impune (LEITE, 2000, p 284).

Todavia, este consistiu apenas o primeiro episódio desta terrível luta, pois no final do século XVII, a mando das “mulheres da Torre” (Leonor Pereira Marinho e Catarina Fogaça), o procurador da Casa da Torre, Antonio Gomes de Sá, expulsou os jesuítas de suas aldeias de Acará, Curumambá e Sorobabé. Neste mesmo período, a guerrilha dos D’Ávila destruiu as missões de Santo Inácio, Santa Cruz e a de São Francisco Xavier, as quais haviam sido fundadas por João de Barros e Jacob Roland (LEITE, 2000, p. 293-315).

Depois desses abusos, por volta de 1697, os jesuítas abandonaram definitivamente os aldeamentos das Jacobinas e o trabalho missionário foi ocupado pelos franciscanos, a pedido de D. Leonor Pereira Marinho (WILLEKE, 1974, p. 93-112). Destarte, da lista de 1758 na

qual José Antonio Caldas noticia as aldeias de Gentio manso, o único aldeamento jesuíta onde se registrou a presença dos payayá foi o de Serinhaem, em Camamu (CALDAS, 1951, p. 54).

Segundo Eduardo Hoornaert, havia uma diferença da dinâmica e do espírito missionário entre os franciscanos e os jesuítas. Os primeiros entenderam a “missão como a dilatação das fronteiras do sistema católico”, acompanharam os passos da conquista no litoral, benzeram os engenhos de açúcar, acompanharam as bandeiras de caça aos indígenas e animaram as guerras contra estes. Já os últimos tiveram uma maior abertura ao “outro”, buscaram defender a liberdade dos índios (HOORNAERT, 1992, p. 54-5).

Embora seja um tanto romântica com relação ao papel dos jesuítas na defesa dos índios, é inegável esta visão de Hoornaert sobre a disponibilidade dos franciscanos em atender às exigências colonizadoras. Para Pompa (2003, p. 331), isto se deve ao fato de que os franciscanos não tinham o seu próprio projeto missionário autônomo e nem posses a defender como os jesuítas.

Em princípios do século XVIII, os missionários franciscanos haviam instalado a aldeia do Bom Jesus da Glória nas terras da Casa da Ponte, onde atualmente se localiza a cidade de Jacobina, atendendo a solicitação de Antônio da Silva Pimentel e de sua esposa Isabel Maria Guedes de Brito. Ele pediu autorização ao Rei D. Pedro II (1667-1705) para construir uma igreja e como clérigos desta, tinha proposto ao Governador Rodrigo da Costa e ao Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo da Bahia, os mesmos religiosos de São Francisco, pois estes já estavam atuando na região e era difícil conseguir padres seculares para a catequese dos temidos payayá, que nos setecentos ainda causavam preocupação aos colonos (WILLEKE, 1974, p. 93-4).

A permissão para a construção da Igreja veio, logo depois, através do Alvará Régio de 07 de maio de 1705, expedido pela D. Catarina, Rainha da Inglaterra, Infanta de Portugal e Regente do Reino, que no impedimento de seu irmão, o Rei D. Pedro II, deu a licença para esta empresa:

Eu (Catarina), a Rainha da Gran-Bretanha, infanta de Portugal, como regente destes reinos e senhorios por impedimento de meu irmão, o Senhor Rei D. Pedro, governador e perpétuo administrador do mestrado da Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Faço saber, que havendo respeito ao que me representou Antônio da Silva Pimentel, morador no estado do Brasil, para lhe conceder licença para erigir uma igreja nas terras de Jacobina, do sertão da Baía, de que é senhor e possuidor, e nomear nela clérigo idoneo à satisfação do arcebispo, que administre os sacramentos aos índios da aldeia dos paiaíases, sita nas ditas terras, os quais sendo domésticos com os brancos e muitos já instituídos e instruídos na fé católica, estão sem sacerdote que lhes diga missa e administre os sacramentos, a cuja despesa toda se oferece, e visto o que alegou e o que me foi presente em consulta da Mesa da Consciência e Ordens, em que foi ouvido o procurador geral dela - hei por bem conceder-lhe licença para erigir a dita igreja, e lhe faço mercê do padroado dela, em que nomeará clérigo para pároco, sendo aprovado e à satisfação do

arcebispo daquele estado, com declaração de que será obrigado o dito Antônio da Silva Pimentel a consigná-la nos seus bens e fazendas segura, assim o que fôr necessario para cõgrua do pároco como para a fábrica da igreja, sem em tempo algum concorrer para isso a Fazenda Real. Do que lhe mandei dar o presente alvará, que valerá como carta, posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo de qualquer ordem ou regimento em contrario, e se cumprirá sendo passado pela chancelaria da dita Ordem. Antônio de Oliveira o fez em Lisboa aos 7 de maio de 1705. Antonio de Souza Carvalho o fez escrever. A Rainha. (apud COSTA, 1916, p. 250-1).

Esses documentos se mostram reveladores das relações de poder e de aspectos sócio-econômicos da empresa missionária no Sertão das Jacobinas. A principio, percebe-se que os franciscanos receberam vultosos auxílios das famílias Dias D'Ávila e Guedes de Brito e que estes missionários ficaram incumbidos de atuarem nas fabricas de salitre, possivelmente nas atividades de capelão e no fornecimento de mão de obra indígena para o serviço de extração e transporte do salitre.

No próprio Alvará Régio de 1705, a orientação da Coroa aponta para o padroado, ou seja, um repasse dos poderes religiosos para o representante civil, implicando em uma relativa dependência do clero missionário ao senhor daquelas terras do Sertão das Jacobinas (HOORNAERT, 1992, p. 160-9; ALMEIDA, 1998, p. 7). Por meio desses documentos, inferem-se os interesses do Cel. Antonio da Silva Pimentel de se dispor da mão-de-obra dos índios payayá para o trabalho nas minas, na condução das boiadas e no combate a outros índios hostis.

Com base no *Alvará sobre a concessão de terras para as Aldeias das Missões de 1700* (apud AAPEB 29:73-75), à Missão do Bom Jesus da Glória deveria ser dada uma légua de terra em quadra para a sustentação dos missionários e dos indígenas. A aldeia deveria ser composta por no mínimo 100 casais de índios. No local que foi cedido à aldeia do Bom Jesus da Glória, surgiram a Igreja com seu cruzeiro, alpendres, um campanário de madeira, e o mosteiro onde moravam dois ou três missionários, seguindo-se ao redor do largo da Missão, as choupanas dos índios. A oeste da Igreja, ficava as terras do patrimônio, onde os índios cultivavam suas plantações, e a lagoa e rios vizinhos, onde eles pescavam e extraíam o barro para a confecção de utensílios domésticos (WILLEKE, 1974, p. 99-108).

Segundo Frei Marcos A. de Almeida (1998, p. 2), as missões representaram “uma estratégia política de sociabilidade” que viabilizou o projeto colonial, reduzindo os indígenas à fé católica pela catequese e à condição de força de trabalho disponível, além de liberar parcelas de terras dos seus territórios para serem arrendadas aos colonos.

Nas palavras de Regina de Almeida, os indígenas perdiam muito ao ingressarem nesses aldeamentos, pois viviam em condição subordinada, sujeitos ao trabalho compulsório,

misturados com outros grupos étnicos e expostos a doenças, conflitos e maus tratos. E o pior de tudo, eram proibidos de manifestarem suas tradições e práticas culturais, e obrigados a incorporarem novos valores como súditos da Coroa. (ALMEIDA, 2003, p. 129). Entretanto, mesmo diante dessa nova condição, longe de parecerem os apáticos “caboclos” que perderam suas identidades, os índios aldeados a reconstroem e para reivindicar seus direitos, aprendem a resistir nos termos impostos pelos seus próprios conquistadores (ALMEIDA, 2003, p 259)

Em seus objetivos, a missão do Bom Jesus da Glória teve como maiores obstáculos, a deserção indígena, as secas e epidemias. Estas últimas consistiam em fatores naturais e biológicos que dizimavam a população e os índios aldeados. Já as “fugas” para o mato, além de um simples meio de reação ao processo de colonização, mais que isso, representava de um tradicional costume simbólica dos payayá, e das etnias Kariri, diante da morte ou de doenças.

Com isso, podemos perceber que as formas de resistência dos payayá ao processo de ocupação e integração do Projeto Colonial não se restringiram aos confrontos diretos que resultaram na chamada Guerra dos Bárbaros, da segunda metade do século XVII. Posto que, diante do extermínio gerado por estes conflitos, os aldeamentos apontam como um campo para novas oportunidades de negociação e resistência das etnias sobreviventes.

Abordando a missão franciscana do Bom Jesus da Glória do início século XIX, um documento escrito pelo síndico desta missão em 2 de junho de 1816 revela de modo significativo os aspectos de uma cultura de resistência adaptativa, registrando um episódio de embate direto entre índios aldeados e a sociedade colonial, onde os primeiros usam de mecanismos da própria cultura dominante para defender seus direitos, aparentemente ancorados no Alvará de 23 de novembro de 1700 e de 7 de maio de 1705, que, respectivamente, concedia terras para as missões indígenas e autorizava a construção de uma igreja nas terras de Jacobina para a catequese dos payayá.

Segundo nosso informante, após uma grande seca ocorrida entre os anos 1807 e 1809, os índios desertaram da aldeia. Ao regressarem, conduzidos por um índio já velho de nome Antonio Gonçalves do Rosário, e encontrarem as terras vendidas pelo procurador da Casa da Ponte, “passaram a arrancar os marcos, fazendo várias violências”. Antonio do Rosário encaminhou um requerimento ao Conde dos Arcos, governador da capitania, e após ver seu esforço frustrado, “tornou a atacar o mesmo Exmo. Sr. com outro semelhante requerimento”. Diante da situação, o síndico, sem saber que atitude tomar, após várias conferências com o vigário da missão, padre José da Encarnação, recorria ao Provincial na busca de uma solução (*apud* WILLEKE, 1974, p. 95-7).

Embora a condição de aldeados tenha levado os payayá à paulatina perda de sua identidade étnica, propiciou também o aprendizado de estratégias fundamentais para sua sobrevivência em meio ao avanço colonial, e a consciência de que determinados direitos que haviam conquistado deveriam ser devidamente respeitados.

Referências bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. *Capítulo de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5° ed. - Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ALMEIDA, Frei Marcos Antônio de. As Missões Franciscanas na Bahia Colonial: Juazeiro e Jacobina. In: *Ethnos*, ano II, n. 2 jan/jun. 1998. Disponível em: <http://www.biblio.ufpe.br>.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANTONIL, André João (Padre SJ João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3° ed. - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

BARROS, Francisco Borges de. *Anais do Arquivo Publico e Museu do Estado da Bahia*. Salvador; Imprensa Oficial do Estado, 1919.

CALDAS, José Antônio. *Noticia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759*. Ed. fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3 ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasília*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

COSTA, Afonso. *Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora*. – Anais do 5° Congresso Brasileiro de Geografia, vol-II (1916).

CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu*. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.

FREITAS, Edith Alves de A.; SILVA, José Freitas da. *História da Freguesia Velha de Santo Antônio Campo Formoso*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.

HOORNAERT, Eduardo et alli. *História da Igreja no Brasil*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*. São Paulo, n.129-131, p. 179-208, ago-dez./93 a ago-dez./94.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Anotações de Pedro Calmon. São Paulo: Editora Brasileira, 1965.

SILVA, Candido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II, vol. I. 10 ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1978.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século Dezoito*. Vol. III Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

WILLEKE, Frei Venâncio (OFM). *Missões Franciscanas no Brasil, 1500-1975*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.